

A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO ELEMENTO PRIMORDIAL À PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS: O CASO DO PROJETO DE MINERAÇÃO VOLTA GRANDE

Linha de Pesquisa: meio ambiente, mineração, Direito Agroambiental e desenvolvimento

Nomes: André da Costa Ericeira e Luiza Aranha Sousa Maués

Orientadora: Prof.ª Dra. Ana Elizabeth Neirão Reymão

Centro Universitário do Pará - CESUPA

INTRODUÇÃO

O projeto Volta Grande do Xingu surgiu com o objetivo de se tornar a maior mina de ouro do país. Por sua grande dimensão e impactos, tem sido alvo de denúncias, em específico aos ambientais e à população local.

O território em que se pretende estabelecer o projeto é composto 70% por terras indígenas, de modo que há respaldo legislativo determinando a participação da população afetada.

Porém, não tem sido respeitada, gerando embargos como a ação civil pública 0002505-70.2013.4.01.3903 contra a mineradora Belo Sun, que visa a suspensão do licenciamento ambiental fundado na ausência do componente indígena.

A participação dos povos habitantes na região possui tamanha relevância por serem estes os principais afetados pelo projeto de exploração do ouro em Volta Grande, o qual, segundo relatórios científicos independentes, apontam o risco de contaminação à região e seus habitantes (Emermam, 2020).

Dessa forma, visou-se analisar a importância e os percalços enfrentados para a concretização da participação popular no contexto da mineração de Volta Grande do Xingu.

PROBLEMA DE PESQUISA

Qual a relevância para a participação dos grupos populares na implementação de grandes projetos, como o Projeto de Mineração Volta Grande?

OBJETIVO

Refletir acerca da relevância da participação dos grupos tradicionais, ocupantes das regiões afetadas por grandes projetos realizados em seu território, tendo como referência o Projeto de Mineração Volta Grande.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza exploratória, com abordagem qualitativa, empregando como procedimentos a revisão bibliográfica e a análise documental, com ênfase na Ação Civil Pública 0002505-70.2013.4.01.3903, a qual se investigou em busca de uma plena compreensão do presente estudo de caso.

RESULTADOS ALCANÇADOS

A cooperação de organizações não-governamentais que realizaram pesquisas cruciais para a exposição das irregularidades e para embargos ao projeto da empresa Belo Sun, como o relatório técnico produzido pela Associação Interamericana para a Defesa do Meio Ambiente, resultou na Ação Civil Pública ajuizada pela Defensoria Pública do Pará em 2020, requerendo a suspensão do licenciamento (DPE, 2020).

A indispensabilidade da participação popular em projetos como o Volta Grande Mineração é bem definida no ordenamento jurídico pátrio. É pacificado e assegurado por leis e tratados internacionais que a participação dos afetados por projetos dessa natureza é obrigatória, visando a redução de impactos sociais e ambientais. Assim, a escuta de pessoas que vivem há gerações nos ambientes afetados, os conhecendo profundamente, é indispensável.

Sua ausência evidenciou a necessidade de ação popular, com pressão, fiscalização e denúncia do projeto. Ao analisar o andamento do processo, percebe-se que o Estado se mostrou concessivo ao projeto de alto risco que é o da mineração em Volta Grande, não prezando pelas legislações referentes à instalação de algo desse porte e ignorando pesquisas que demonstram sua inviabilidade (Rojas, 2017).

REFERÊNCIAS

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, **Ação Civil Pública nº 0801861-11.2020.8.14.0005**. Altamira, PA, 2020.

EMERMAM, Steven H. **Evaluation of the Tailings Dam, Cyanide Use and Water Consumption at the Proposed Volta Grande Gold Project, Pará, Northern Brazil**, Amazon Watch, 2020. Disponível em: https://ox.socioambiental.org/sites/default/files/ficha-tecnica/node/218/edit/2020-07/Volta_Grande_Report_Emerman.pdf. Acesso em 04 abr. 2024.

ROJAS, Biviany. **Para quem a Belo Sun mente**. Le Monde Diplomatique Brasil, [S.l.], 23 ago. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/para-quem-a-belo-sun-mente/>. Acesso em: 23 jun. 2023.